

No mundo da política: do sufrágio à tribuna

A Constituição brasileira de 1824, outorgada por decreto imperial, não garantia aos escravizados a condição de sujeitos de direito. Da mesma forma, a Carta Magna republicana, escrita em 1891, dois anos após a Abolição da escravatura, manteve o sufrágio como direito de poucos. Só podiam votar maiores de 21 anos com diploma universitário, e estavam explicitamente excluídos os homens livres pobres, mendigos, analfabetos, soldados e religiosos pertencentes a ordens monásticas. A exclusão do segmento feminino e da população negra, embora não declarada na lei, permanecia de fato, a partir do entendimento tácito de que o mundo da política não era "lugar de mulher", e porque os requisitos de cidadania e renda dos eleitores acabavam por deixar de fora, na prática, uma parcela considerável do povo.

Excluído: dos

Excluído: os

Excluído: a população

O inconformismo de algumas mulheres diante do cerceamento de seus direitos já vinha se manifestando através da imprensa feminista nascida no Império. Em 1910, a professora baiana Leolinda Daltro juntou-se a outras sufragistas para fundar o Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro, numa verdadeira "afronta" que reacendeu o debate sobre o direito de voto para as mulheres no Congresso e na sociedade. As idéias sufragistas já encontravam mais aberturas à inclusão não somente das mulheres, mas de outros grupos visivelmente alijados da participação política.

No ano de 1918, a bióloga paulista Bertha Lutz retornou de seu período de estudos na Europa trazendo na bagagem o testemunho da luta vitoriosa das inglesas que, no mesmo ano, haviam conquistado o direito de ir às urnas. No Rio de Janeiro, Bertha imediatamente se movimentou escrevendo artigos para os jornais e buscando reunir mulheres em torno da criação de uma organização de sufragistas. Foi assim que nasceu, em 1922, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

A FBPF era uma organização apartidária e se tornou a entidade mais aguerida na luta pelo sufrágio feminino no Brasil. Com estratégia mais

Excluído:

voltada para a luta na imprensa e nas casas legislativas, manteve um perfil legalista em suas ações, não se arvorou a questionar as estruturas de poder basicamente masculinas e muito menos o preconceito racial.

Em 1919 o parlamentar Justo Chermont apresentou um projeto favorável ao sufrágio feminino que alimentou o debate na sociedade durante quase uma década e foi defendido com contundência pela FBPF. As feministas passaram a frequentar com assiduidade e de forma organizada os ambientes da Câmara e do Senado para fazer seu *lobby*. Mas nenhum avanço se registrou, e as leis terminaram engavetadas, numa conjuntura internacional e nacional conturbada que desembocou no golpe militar de 1930.

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, a cúpula da FBPF buscou espaço político junto a seu governo. Em 1931 organizou no Rio de Janeiro o Segundo Congresso Internacional Feminista, cujas conclusões foram encaminhadas ao presidente da República, que assumiu o compromisso de atender a reivindicação das mulheres. A promessa foi concretizada em 24 de fevereiro de 1932, com a publicação do novo Código Eleitoral (decreto 21.076).

A FBPF, nessa época, mantém filiais em vários estados brasileiros e conta com expressivas lideranças locais. No núcleo central, sediado no Rio de Janeiro, o grupo abrigava nomes e trajetórias nacionalmente reconhecidas. Entre elas, destacavam-se duas afro-descendentes cuja atuação muito contribuiu para a emancipação das mulheres: Almerinda Farias Gama e Maria Rita Soares de Andrade, esta última secretária e consultora jurídica da organização durante muitos anos.

As primeiras eleições após a conquista do voto feminino foram para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Buscando dar apoio específico às mulheres na nova condição de cidadania, a FBPF criou a Liga Eleitoral Independente do Distrito Federal, proposta logo seguida pelos núcleos estaduais.

Intensificou também suas articulações políticas com outros setores, estimulando, por exemplo, a formação de associações profissionais de mulheres com o objetivo de conquistar um espaço para o segmento feminino na elaboração da nova Constituinte. Entrava em cena a datilógrafa negra alagoana Almerinda Farias Gama, militante da FBPF e profissional consciente da discriminação sofrida pelas mulheres, em particular no mundo do trabalho. Numa estratégia bem-sucedida,

No Sul do país, Antonieta de Barros rompeu muitas fronteiras que circunscraviam os preconceitos de sexo e raça. Filha de uma lavadeira e de um jardineiro, Maria da Ilha, como ficara conhecida, nasceu em 1901, em Florianópolis. Com apenas 21 anos fundou o jornal *Semana*, ficando responsável por ele até 1927. Integrante da Frente Negra Brasileira e militante da FBPF, a jornalista, professora de português e psicóloga filiou-se ao Partido Liberal Catarinense e conquistou uma vaga de deputada estadual em 1934. Desse modo, tornou-se a primeira negra a assumir um mandato popular no Brasil. Dona de uma carreira política voltada para o engrandecimento da pátria através da educação e pela valorização da comunidade negra, Antonieta retornou à Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1947, mantendo o pioneirismo de ser, até aquela data, a única afro-descendente a ocupar um cargo eletivo no país.

Embora Almerinda tenha tido uma atuação importante no período preparatório da Constituinte de 1934, logo após o término do processo afastou-se, alegando incompatibilidade política com os rumos que a entidade tomava. Como afirmou em uma entrevista: "na FBPF pesava mais a voz das mulheres da elite, de pensamento pouco sensível aos problemas das mulheres trabalhadoras". Almerinda ainda se candidatou, pelo Distrito Federal, no pleito de 14 de outubro de 1934, que definiu a representação regular para a Câmara de Deputados e o Senado. Embora essa combativa feminista não tenha sido eleita, sua plataforma, divulgada em panfletos, afirmava o compromisso na luta pelos direitos das classes trabalhadoras, pelo ensino obrigatório e gratuito para todos os brasileiros e pela emancipação das mulheres.

Almerinda Farias Gama foi indicada, na qualidade de presidente do Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal, delegada eleitora, compondo o grupo que escolheria a representação classista dos trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte. O fato teve grande repercussão na imprensa, e ficou famosa a imagem da única mulher a colocar seu voto na urna no dia da eleição, 20 de julho de 1933.

Almerinda, Bertha Lutz e outras criaram o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal, congregando uma categoria que, embora inexperiente no campo da política, era numerosa o suficiente para intervir no processo constituinte. E assim aconteceu.

A mineira Maria Brandão dos Reis, nascida a 22 de julho de 1900, em Rio das Contas, na Chapada Diamantina, foi outro exemplo de mulher negra envolvida na política. Influenciada pela passagem da Coluna Prestes em sua região, aproximou-se do Partido Comunista Brasileiro, no qual, durante anos, tornou-se destacada liderança. Pelo seu envolvimento partidário resolveu ir morar em Salvador. Ali, na Baixa do Sapateiro, abriu uma pensão que se tornou grande reduto da militância política na época. Sempre atenta às questões sociais, não media esforços para ajudar as pessoas mais necessitadas.

Excluído: Minas Gerais

Em 1947, as moradoras do bairro do Corta Braço, ameaçadas de perderem suas casas, receberam o apoio de Maria, que as ajudou a organizar uma vigília noturna e uma passeata de protesto. Além disso, engajou-se na Campanha da Paz organizada pelo PCB em 1950, estimulando a formação de conselhos em vários municípios. Sua participação destacada lhe rendeu a indicação de "Campeã da Paz". A premiação deveria ocorrer em Moscou, mas Maria foi preterida de receber pessoalmente o prêmio, pois o partido achou por bem substituí-la por um jovem intelectual, o que gerou seu descontentamento com os líderes comunistas. Com o golpe militar de 1964, refugiou-se para escapar da prisão. De volta à Bahia, em 1965, foi interrogada pela polícia acerca de seu envolvimento com o comunismo, mas o inquérito não foi adiante. Maria faleceu em 1974.

Em 1910 nasceu no Maranhão uma das maiores lideranças políticas daquele estado: Maria José Camargo Aragão. Desde a infância os ideais de igualdade e justiça estiveram presentes no cotidiano e nas ações dessa mulher. Com muito esforço percorreu todas as etapas do sistema educacional até concluir o curso de medicina, no Rio de Janeiro. Em 1944 conheceu o grande líder Luís Carlos Prestes e, encantada com as posições políticas que ele defendia, resolveu se filiar ao Partido Comunista. Embora nunca tenha se candidatado, dedicou boa parte da vida à defesa da democracia, da liberdade e à implantação do partido no seu estado. Foi três vezes presa e torturada pela ditadura militar. Maria Aragão faleceu em 1991, deixando como legado os valores éticos que iluminaram sua trajetória.

Excluído: exemplo

Comungando com os princípios socialistas, a professora Sofia de Campos Teixeira seria a primeira mulher negra a concorrer a um pleito eleitoral em São Paulo. A paulista de Campinas foi candidata a deputada estadual em 1946, declarando luta aberta ao "preconceito de

No Rio de Janeiro, em 1993, a líder comunitária Jurema Batista assumiu a cadeira de vereadora, na qual se manteve por dois mandatos e meio. Sagrou-se deputada estadual em 2002, rompendo assim com a injusta ausência de representantes negras na Assembleia Legislativa do estado. Embora tenha maioria esmagadora de população afro-descendente, somente em 1990 o estado da Bahia elegeu sua primeira deputada estadual negra, a educadora Maria José Rocha Lima. Reeleita em 1994, ao final do mandato, Zezé, como é carinhosamente chamada, não mais se candidatou. Optou por fazer

Formatado: Realce
Formatado: Realce

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo. no mesmo estado: a paulista Claudete Alves, ex-presidente do em 2002, outra afro-descendente conquistou o mandato de vereadora quando conquistou lugar na vereança com esmagadora votação, contrariando o dito "negro não vota em negro". Três décadas depois, carreira política da advogada e pedagoga começou anos antes, primeiro compromisso com as questões raciais, da mulher e da infância. A primeira deputada negra: Teodosina Ribeiro, que se destacou pelo Mas só em 1971 a Assembleia Legislativa de São Paulo teria sua

Excluído: Quase t
Excluído: quatro
Excluído: 1974

Se nós, mulheres negras do Brasil, estamos mesmo preparadas para usufruir os benefícios da civilização e da cultura, se quisermos de fato alcançar um padrão de vida compatível com a dignidade da nossa condição de seres humanos, precisamos sem mais tardança fazer política. [...] Precisamos constituir um exército de eleitoras pesando na balança das urnas, usar ao máximo as franquias democráticas que nos asseguram o direito que é também o sagrado dever cívico de votar e sermos votadas para qualquer posto eletivo nas próximas eleições de 3 de outubro.

indicalização das trabalhadoras domésticas. A recomposição do sistema democrático, em 1945, incentivou a formação de novos partidos políticos. Assim, os jornais passaram a analisar as candidaturas de diversas lideranças negras nas eleições de 1950. Naquele momento, a fala de Maria Nascimento, uma das lideranças do Teatro Experimental do Negro, demonstrava o vanguardismo de seu pensamento no que dizia respeito à preocupação com a participação política das mulheres negras.

Excluído: fundadoras

política em movimentos sociais, nos quais tem se dedicado às lutas por educação, saúde e o combate à discriminação racial e de gênero. Francisca Trindade chegou à Câmara Federal em 2002, aos 37 anos, como a deputada mais votada na história do estado do Piauí. A ex-líder comunitária do bairro de Água Mineral também foi campeã de votos quando se elegeu vereadora de Teresina, em 1996, e dois anos depois, quando conquistou uma vaga para a Assembleia Legislativa do Estado. No ano de 2003, em plena atividade de seu mandato, foi vítima de um acidente vascular fatal. Trindade permanece na memória piauiense como uma corajosa porta-voz da população negra.

Embora atualmente a população afro-descendente tenha intensificado sua presença no cenário político nacional, não se pode esquecer que ela esteve sub-representada nas casas legislativas brasileiras ao longo de décadas. Quando se trata de mulheres, a situação é ainda mais grave. Foi preciso transcorrer quase um século depois do fim formal do sistema escravocrata para que uma negra viesse ocupar uma vaga na Câmara Federal.

Benedita da Silva, nascida num morro carioca, foi vendedora ambulante, empregada doméstica e operária fabril antes de se tornar assistente social e política. Precidou de muita coragem e ousadia para vencer os preconceitos decorrentes de sua condição de classe, gênero e raça. A reviravolta em sua vida teve início quando começou a atuar na associação comunitária da favela onde morava. Graças a sua determinação, conseguiu se eleger vereadora em 1982. Detentora de uma carreira política metéorica, tornou-se a primeira mulher negra a atingir os mais altos cargos na história republicana: duas vezes deputada federal, em 1986 e 1990, senadora em 1994 e vice-governadora em 1998. Ocupou pioneiramente o cargo de governadora do Estado do Rio de Janeiro em vaga deixada pelo titular. Sua trajetória política prosseguiu no Executivo nacional quando, em 2003, tomou posse como ministra da Assistência Social.

A suplente Laélia de Alcântara, médica baiana radicada no Acre, foi chamada a ocupar uma vaga no Senado Federal, por ocasião do falecimento do titular do cargo. Tornou-se assim, em 1981, a primeira senadora negra do Brasil. Durante o tempo em que atuou no Legislativo foi uma das mais veementes defensoras de políticas sociais capazes de transformar a injusta realidade vivenciada pela população negra. No ano de 1994, além de Benedita da Silva, outra

Excluído: afro-brasileiros

Excluído: pelos

Excluído: o

Excluído: a

Excluído: a escravidão

Mais uma biografia política merece ser lembrada por seu pioneirismo. É a de Lia Varela. Eleita vereadora de São Luís do Maranhão em 1971, manteve-se no cargo até 1992. No segundo mandato (num total de quatro), presidiu a Câmara Municipal, condição que lhe dava o direito de exercer o posto mais alto do Executivo local. Na vacância do cargo, coube a Lia assumir interinamente a Prefeitura maranhense por 30 dias (14-08-1978 a 15-09-1978) sagrando-se a primeira afro-descendente a ocupar o posto de prefeita numa capital brasileira.

primeira senadora mulher e descendente de negros eleita por Santa Catarina. Desde 2002 ocupa uma cadeira no Congresso Nacional como a urnas, quando ela se elegeu deputada estadual em duas legislaturas. Catarina. O trabalho desenvolvido por Ideli foi recompensado nas presidenciais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina. Nos anos 1980, destacou-se por sua aguçada militância no movimento sindical, cumprindo dois mandatos como Direitos Humanos. em Santa Catarina, e fundou o Centro de Defesa dos para Joinville, em defesa das comunidades carentes da capital. Formada, mudou-se para Joinville, em Santa Catarina, e fundou o Centro de Defesa dos em defesa das comunidades carentes da capital. Formada, mudou-se para Joinville, em Santa Catarina, e fundou o Centro de Defesa dos concluiu o curso superior de física e onde, paralelamente, trabalhou voltados para a alfabetização de adultos. Foi no Paraná que estudou e 1970, no movimento estudantil e no desenvolvimento de projetos A carreira política da paulista Ideli Salvatti teve início na década de 1970, no movimento estudantil e no desenvolvimento de projetos

ministra do Meio Ambiente. anterior. No ano seguinte foi convocada para assumir o cargo de em 2002, Marina foi reeleita com quase o triplo de votos da eleição, senadora da história do Brasil. Grande referência na política nacional, vagas, foi a candidata mais votada do Acre e tornou-se a mais jovem vaga no Senado Federal. Num ano em que se disputavam duas legislativa, foi indicada, aos 36 anos de idade, para concorrer a uma deputada estadual. Considerada a parlamentar com melhor atuação Em 1990 repetiu a façanha, desta vez conquistando a cadeira de trabalhadora doméstica foi a vereadora mais votada em Rio Branco. ambientalista Chico Mendes. Quatro anos depois, a seringueira e ex-da Amazônia e dos trabalhadores dos seringais. Em 1984 fundou a importante liderança no Acre por sua permanente militância na defesa Marina, que só aprendeu a ler na adolescência, tornou-se uma

Silva.

mulher afro-descendente foi eleita para o Senado: a acreana Marina

Em termos de vanguardismo, o nome de Telma de Souza também é destacado. Concentrando sua atuação na área educacional, participou ativamente do movimento pela anistia dos presos políticos no final dos anos 1970. Em 1982 foi a única mulher a conquistar um mandato de vereadora para a Câmara Municipal de Santos. Quatro anos depois, Telma foi eleita deputada estadual, mas a maior proeza da advogada e pedagoga foi em 1989, quando se tornou, provavelmente, a primeira prefeita afro-descendente do Brasil, eleita nas urnas.

Na região do Jequitinhonha, Minas Gerais, quase dois séculos depois da fundação da cidade de Araguaí pela afro-descendente Luciana Teixeira, outra negra, assumiu o comando do Executivo local. Em 1997, a assistente social e advogada Maria do Carmo Ferreira da Silva, carinhosamente chamada de Cacá, foi eleita para a Prefeitura por dois mandatos consecutivos. A capacidade e a sensibilidade como gestora pública fizeram de Cacá uma grande liderança e referência regional. Em 2006 ela passou a integrar o quadro da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, do governo federal, como secretária-adjunta do órgão.

A permambucana Luciana Barbosa de Oliveira Santos, obstinada militante do movimento estudantil, iniciou sua carreira pública em 1992, quando se candidatou à vereança. Mais tarde exerceu por duas vezes o mandato de deputada estadual na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Sua atuação marcada pelo envolvimento com as causas dos movimentos populares levaram-na, em 2000, à Prefeitura de Olinda. Seu compromisso com a cidade e seus habitantes, e sua dedicação lhe asseguraram a recondução ao cargo ainda no primeiro turno das eleições de 2004.

No mesmo ano, no Centro-Oeste do país, a pedagoga Jacy Proença, uma das fundadoras do Núcleo de Professores Negros do Sindicato de Trabalhadores em Ensino Público do Mato Grosso e reconhecida liderança do movimento de mulheres, foi conduzida à vice-prefeitura de Cuiabá, capital mato-grossense, fato inédito naquele município.

As quilombolas também fazem parte desse processo. Nascida em 5 de dezembro de 1965, na Fazenda da Ema, uma comunidade rural do povo Kalunga situada no município de Teresina de Goiás, Ester Fernandes de Castro foi eleita a primeira vereadora quilombola do Brasil em 1992, permanecendo no cargo por mais mandatos. Em 2004 candidatou-se à vice-prefeitura da mesma cidade.

Givânia Maria da Silva, nascida no quilombo de Conceição das Criolas, município de Salgueiro, Pernambuco, destacou-se por seu dinamismo na defesa da população local, pelo pioneirismo ao se tornar a primeira mulher do quilombo a chegar à universidade e por ser uma das fundadoras da Associação Quilombola de Conceição das Criolas. Em 2000, após um dedicado trabalho na rede municipal de ensino, elegeu-se vereadora de Salgueiro, sendo reconduzida para um segundo mandato nas eleições de 2004.

Apesar de vivermos numa sociedade multirracial e multitétnica, na qual a população negra representa 44% dos brasileiros, o grupo de parlamentares afro-descendentes ainda hoje é extremamente pequeno. Mesmo assim, os representantes negros vêm tentando sensibilizar seus companheiros de Congresso e o Poder Executivo no sentido de que é preciso enfrentar a desigualdade racial com legislação e políticas públicas que possam de fato reverter a situação social em que se encontra a grande maioria dos afro-brasileiros no país.

As mulheres do sagrado: mães-de-santo, mães de tantos

As ialorixás e babalorixás da Bahia, coerentes com as posições assumidas na II Conferência Mundial da Tradição dos Orixás e Cultura, realizada durante o período de 17 a 23 de julho de 1983, em Salvador, tornam público que ficou claro ser nossa crença uma religião, e não uma seta sincretizada.

Não podemos pensar nem deixar que nos pensem como folclore, seta, animismo ou religião primitiva como vem ocorrendo neste país, nesta cidade. Seja por parte de opositores e detratores, muros pichados, artigos escritos – "Candomblé é coisa do Diabo", "Práticas africanas primitivas ou sincreticas" –, seja pelos trajes rituais utilizados em concursos oficiais e símbolos litúrgicos, consumidos na confecção de propaganda turística ou ainda nossas casas de culto, nossos templos, incluídos e indicados na coluna de folclore dos jornais.

Ma beru, Olorum wa pelu awon omorisa.

Salvador, 27 de julho de 1983,
Meninhina do Gantois, ialorixá do Ilê Axé Iyá Omin Iyamassê;
Stella de Oxóssi, ialorixá do Ilê Axé Opô Atonjá;
Tete de Iansã, ialorixá do Ilê Iyá Nassô Oká;
Olga de Alaketô, ialorixá do Ilê Maroia Lajá;
Ncinha do Bogum, ialorixá do Zoogodô Bogum Malê Ki-Rundô

O olhar para a multifacetada identidade social e cultural do Brasil passa necessariamente pelo pensamento sobre a intensa participação das diferentes expressões de religiosidade em sua composição e, nestas, a presença capital das mulheres, sejam elas de origem indígena, europeia ou africana. Todas contribuíram, como vêm fazendo até hoje, para a educação, sociabilização e propagação de valores humanos fundamentais. No que diz respeito à devoção feminina, o mosaico formado pelas sacerdotisas das religiões de matriz africana, o das mães-de-santo, reveste-se de especial ênfase em razão do contexto histórico no qual sua atuação se deu e das múltiplas esferas sociais em que esta se inscreveu.

As práticas religiosas agregaram e mantiveram incontáveis agrupamentos afro-descendentes em torno dessas mulheres. A despeito da imposição hegemônica da religião católica romana e do extenso período de trevas do regime escravocrata, essa peculiar centralidade significou, entre outros aspectos, a perpetuação de algumas manifestações culturais coletivas que viriam se tornar marcas inconfundíveis de brasilidade. Apesar de enfrentarem perseguições extremas durante séculos, as comunidades negras organizadas ao redor destas sacerdotisas, as chamadas famílias de santo, foram capazes de resistir e preservar vivas suas cosmogonias, seus ritos e símbolos de inmensurável valor.

Desde os primórdios da colonização, começaram a chegar ao Brasil muitas dessas devotas e autênticas representantes de tradições milenares, fiéis herdeiras de crenças e ritos ancestrais. Juntamente com os seus, foram obrigadas a atravessar o Atlântico nos porões das adulteradas intenções salvíficas eclesiais que, a princípio, em nome da conversão a um Deus, legitimaram e abençoaram a caça e o aprisionamento de pessoas, a comercialização de vidas e as múltiplas formas de atrocidades físicas, morais e psíquicas.

Os reagrupamentos dos diversos povos de procedência africana e suas inumeráveis ramificações aconteceram, principalmente, através de seus parentescos linguísticos de origem. Ao longo dos tempos, foram genericamente distinguindo-se como nações, as quais não se caracterizaram obrigatoriamente como linhagens, territórios, tribos ou reinos africanos precisos. Do ponto de vista religioso, superaram paulatinamente as animosidades e tensões entre si, adaptaram-se às novas geografias e deram início a um complexo processo de sobrevivência. Fundamentaram e reafirmaram os preceitos e práticas litúrgicas de acordo com suas etnias e divindades cultuadas, tendo cada grupo estabelecido diferencialmente, entre outras especificidades, seus procedimentos iniciáticos, as formas e ritmos dos instrumentos sacros, as orações e cantigas, os passos e danças, a estética dos templos e as vestimentas utilizadas nas cerimônias.

Embora na diáspora tenham ocorrido inter-relações e integrações étnicas determinantes e estruturais, houve alguns grupos que conservaram de modo predominante a memória mítica de seus povos no Brasil. Foram eles os bantos, os fons e os iorubás. A continuidade e reprodução de seus saberes e ritos se sustentaram, na essência, por transmissão oral, de geração em geração. Estrategicamente estabeleceram analogias, incorporaram experiências e reedificaram o caráter primordial, universal e perene de suas tradições. Durante os primeiros séculos de colonização, os grupos étnicos oriundos das tradições banto influenciaram profundamente os costumes, o cotidiano e a língua falada. Os angolas e congos tornaram-se os principais representantes das diversas ramificações desses povos, os quais trouxeram o culto aos Nkises e embasaram o surgimento do chamado candomblé de caboclo.

Os povos fons e iorubás, ambos também denominados sudaneses, ficaram conhecidos no Brasil como jejes e nagôs respectivamente. Os jejes, provenientes sobretudo do reino do Daomé, Costa da Mina, trouxeram o culto aos Voduns. Os nagôs, herdeiros de uma das civilizações mais antigas e avançadas da África, trouxeram o culto aos Orixás, o qual serviu de referência e parâmetro a muitos outros.

As sementes desses grupos brotaram tanto na cultura quanto na religiosidade de norte a sul do país. A cada região imprimiram e assimilaram nomenclaturas distintas para designar suas práticas ritualísticas, sendo as mais conhecidas: Babaçue, no Pará; Tambor de Mina, no Maranhão; Xangô, em Pernambuco e Alagoas; Candomblé, na Bahia; Macumba, no Rio de Janeiro e Minas Gerais e Batuque, no Rio Grande do Sul.

Faz-se importante sublinhar que algumas dessas denominações compreendem e indicam cultos e crenças que surgiram do encontro das tradições indígenas e africanas que ocorreram no Brasil. Ressalta-se ainda que o termo *candomblé*, derivado da língua quicongo-angola, tornou-se sinónimo e referência genérica das diferentes expressões de religiosidade de matriz africana, exceção feita à Umbanda, cuja origem intensamente sincrética a situa em outra categoria de estudo e observação.

A historiografia brasileira registrou, mesmo que precariamente, alguns nomes e marcos ligados ao funcionamento dos diversos espaços litúrgicos das chamadas nações. Sabe-se que tanto os quilombos quanto as irmandades religiosas instituídas pela Igreja, oficialmente liberadas e estimuladas entre a população negra, foram focos de resistência e manutenção das diferentes tradições africanas, cujas celebrações eram, até o século XIX, genericamente chamadas de batuques. Os registros documentais, assim como as fontes orais dos diversos terreiros, atestam uma mudança significativa de posicionamento religioso com a chegada de um contingente maior de povos sudaneses, em fins do século XVIII e começo do século XIX. Os estados da Bahia, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro representaram os solos mais férteis para o florescimento dos ritos africanos no país.

Embora haja controvérsias quanto aos nomes das mães-de-santo e alguns outros dados, conta-se que, nas primeiras décadas oitocentistas, em Salvador, três mulheres africanas, Iyá Adetá, Iyá Akalá e Iyá Nassô, sacerdotisas provenientes de linhagens nobres de Oyó e Ketó, falantes do iorubá, devotas dos orixás e frequentadoras da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, instalada na igreja da Barroquinha, fundaram aquele que viria a ser considerado o primeiro templo de candomblé nagô a funcionar regularmente no Brasil: o Ilê Iyá Omíni Axé Airá Intilé, posteriormente chamado Ilê Axé Iyá Nassô Oká ou Casa Branca do Engenho Velho. Marcelina da Silva, também conhecida como Obatossí, natural da Bahia, sucessora dessas ialorixás, foi a principal responsável pela estruturação definitiva do terreiro, seguindo à frente dos ritos até seu falecimento, em 1885.

A Casa Branca foi o berço de dois dos mais representativos núcleos de religiosidade africana no Brasil, o Ilê Iyá Omíni Axé Iyamassé, conhecido como Terreiro do Gantois, fundado por Maria Júlia da Conceição Nazaré; e o Ilê Axé Opô Afonjá, fundado por Eugênia Ana dos Santos.

Segundo relatos, ainda na Bahia dos anos oitocentos, consolidaram-se outros terreiros históricos. O Ilê Maroia Lãlì, conhecido como Terreiro do Alakêto, fundado por Maria do Rosário Regis, cujo nome africano era Otampê Ojaro. O Asê Yangba Oloroké ti Efon, fundado por Maria Bernarda da Paixão. O Terreiro Unzô Tumbesi, considerada a casa de Angola mais antiga da Bahia, fundado por Maria Genoveva do Bonfim, conhecida como Maria Neném – Mametu Tuenda Nzambi. O Kwe Ceja Hundê, ou Roça do Ventura, em Cachoeira de São Félix, fundado por Ludovina Pessoa, que também esteve à frente do Zoogodô Bogum Malê Rundô, considerado uma das principais referências das tradições Jeje da Bahia. Valentina de Sogbo Adaaen sucedeu Ludovina,

economicamente ativas e autônomas. Eram mulheres que tomavam suas próprias decisões, pois para sobreviver contavam unicamente com seu trabalho. Essa independência ecoava em sua participação e autoridade nos terreiros, e vice-versa, oferecendo o contraponto matrilíneo ao domínio masculino em toda a vida brasileira e latino-americana da época. Ruth sublinhou ainda o fato de que elas eram tidas como capazes e livres numa época na qual o feminismo apenas começava a ser tematizado no Brasil.

Foram indubitavelmente mulheres que souberam abrir caminhos e espaços nas esferas sociais e políticas que lhes toliham o direito à diferença, sem deixar de receber entre os seus qualquer pessoa que a elas recorresse em busca de conselhos e orientação religiosa, não discriminando, por sua vez, raça, gênero, ideologia, credo ou classe.

Historicamente, revelaram-se como mães-de-santo, mães de tantos e de tanto. Há séculos engrandecem e ampliam seu sacerdócio, garantindo e assegurando às gerações futuras uma sociedade melhor para viver. São elas que elaboram, experimentam e reedificam em seus terreiros, casas e templos o essencial da memória ancestral e coletiva que, em se tratando do sagrado, é rito de fé, celebração da esperança e fluxo de vida.